

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO 013/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025015516	
OBJETO	Contratação de empresa para prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis Veicular por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de combustíveis gasolina, etanol, diesel comum e diesel S10, para os equipamentos e veículos automotores dos órgãos e secretarias da prefeitura municipal de Niquelândia-Go, Estado de Goiás.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Maior Desconto Global.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Prefeitura Municipal de Niquelândia
SITEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	☒ Sim ☐ Não
MODO DE DISPUTA	☒ Aberto ☐ Aberto/Fechado
LICITAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/EQUIPARADOS	☐ Sim ☒ Não ☐ Sim, salvo os itens que são de ampla participação ☐ Sim, salvo os itens de Cota Principal que são de ampla participação.
DATA/HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO CERTAME	10 de setembro de 2025, às 09h:00min (Horário de Brasília).

VALOR DA CONTRATAÇÃO	R\$ 2.962.939,11 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil e novecentos e trinta e nove reais e onze centavos).
RETIRADA DO EDITAL	O presente edital estará disponível aos interessados, nos sites www.bnc.org.br , www.gov.br/pncp/pt-br , www.niquelandia.go.gov.br ou solicitado através do e-mail da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Niquelândia licitacao@niquelandia.go.gov.br . Informações adicionais podem ser obtidas pelo nº (62) 9956-5639.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	A Sessão Pública será processada exclusivamente por meio de Sistema Eletrônico, por meio da plataforma eletrônica Bolsa Nacional de Compras-BNC (www.bnc.org.br).
Todos os atos referentes à Licitação, Edital, Erratas, Atas, Convocações, Julgamentos de Impugnações e Recursos, Homologação, Anulação ou Revogação, enfim, TODOS os atos, serão publicados nos sites oficiais mencionados acima. O acompanhamento da Licitação em todas as fases é de total responsabilidade do Licitante participante. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema eletrônico BNC e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I deste edital. Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão deste Pregão na mesma data de abertura, e em face de decisão da Pregoeira, poderá ser determinada a continuidade das atividades em dia(s) subsequente(s). Na hipótese de não haver expediente na data acima referida, fica este PREGÃO, automaticamente, transferido para o dia útil subsequente àquele, na mesma hora e local, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação (Pregoeiro) em contrário, via sistema no sítio www.bnc.org.br, por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.	

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2025

Torna-se Público que o **MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 02.215.865/0001-07, com sede na Praça Mestre Dário, s/nº, setor Central, realizará licitação, no dia **10 DE SETEMBRO DE 2025 às 09:00h**, para registro de preços, na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, modo de disputa **ABERTO**, critério de julgamento **MAIOR DESCONTO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 107/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis Veicular por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de combustíveis gasolina, etanol, diesel comum e diesel S10, para os equipamentos e veículos automotores dos órgãos e secretarias da prefeitura municipal de Niquelândia-Go, Estado de Goiás, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência.

1.3 O critério de julgamento adotado será o Maior Desconto Global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



62 3959-7000

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA.

3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão (eletrônico), salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC - Bolsa Nacional de Compras.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido pela mesma de acordo com os Planos de Adesão, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

3.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada a BNC - Bolsa Nacional de Compras ou pelo telefone: (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3 NÃO PODERÃO DISPUTAR DESTA LICITAÇÃO

4.3.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil,

por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.9 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 O impedimento de que trata o item 4.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos que se refere o item 4.6.3 poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.7 O disposto no item 4.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.8 A vedação de que trata no item 4.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.9 A observância das vedações dos itens anteriores, são de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se a às penalidades cabíveis.

4.10 Como condição para participação na licitação, a licitante deverá apresentar as seguintes declarações:

4.10.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.10.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.10.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.10.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.10.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.10.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.10.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.10.7 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.10.8 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10.9 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

5.1 O desconto estimado mínimo sobre cada abastecimento é de 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento), o qual foi obtido através de contratos semelhantes firmados pela administração pública

5.2 O valor máximo aceitável da contratação é de **R\$ 2.962.939,11 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil e novecentos e trinta e nove reais e onze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante do termo de referência.

6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Niquelândia de Goiás, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

6.3 A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

6.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.8 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.8.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.8.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.9.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.9.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.11 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.12 **Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.**

6.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.15 A Prefeitura Municipal de Niquelândia de Niquelândia não se responsabilizará por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação ao seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de indisponibilização/falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio, a abertura ou visualização.

7 PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 Percentual de Desconto;

7.1.2 Quando a proposta for em valor, essa deverá ser em moeda corrente (Real), admitindo-se após a vírgula, somente 02 (duas) casas decimais.

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do produto no órgão competente, quando for o caso.

7.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.11 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.12 **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aceitação.**

7.12.1 A proposta que omitir o prazo terá sua validade considerada pelo mesmo período.

7.13 Não serão aceitas apenas as descrições “conforme Edital” ou “conforme catálogo a ser apresentado”, nem mais de uma marca/modelo por item.

7.14 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.15 Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.16 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

a) assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou

b) condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8 ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3 O Agente de Contratação/Pregoeiro/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7 **O lance deverá ser ofertado pelo MAIOR DESCONTO GLOBAL.**

8.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.10 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

8.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.12 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.13 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor desconto.

8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte

e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 O Critério de Julgamento adotado será o maior desconto global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática pelo sistema do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21.5 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada as ME/EPP, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.21.6 Se a mesma empresa vencer a cota reservada as ME/EPP e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

8.22 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.23 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) — empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) por empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

8.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.1 Na inviabilidade da realização do procedimento indicado no item anterior, o pregoeiro poderá liberar para julgamento o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação, com a utilização dos critérios de desempate, quando for o caso.

8.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.27 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.28 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.29 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.30 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Registro Cadastral do Município;

9.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

9.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União;

9.1.4 Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5 Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da Lei 8.429, de 1992.

9.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.5 Caso o licitante não venha comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1 conter vícios insanáveis;

9.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário);

9.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.9 O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.1 O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

9.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação **estão especificados no Termo de Referência**, Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, os quais deverão ser enviados via sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).

10.2.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS> e <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INABILITADO>);

d) Cadastro de Empresas impedidas de licitar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (www.tcm.go.gov.br)

10.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” do subitem “10.1” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.8 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.9 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.10 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

10.11 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), para que estejam vigentes na data da abertura

da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.13 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.14 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.15 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.16 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.17 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.20 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.21 Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.22 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.23 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.24 **Os documentos relativos à Habilitação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.**

10.25 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.2, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

10.25.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

10.25.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.25.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

10.25.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

10.26 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.27 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.28 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.2.

10.29 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.30 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.31 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

10.32 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou **revogar a licitação**.

10.33 Na hipótese do item 10.30. as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.34 As Certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a **180 (cento e oitenta) dias** consecutivos de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

10.35 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas** a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.2 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, conforme inciso II, do art. 12, da Lei 14.133/21, ressalvadas as hipóteses do art. 52, do mesmo diploma legal.

11.3 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **30 (trinta) minutos**.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4 A falta de manifestação no prazo estabelecido no item 12.3.2, autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.5 Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

12.6 A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.7 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.8 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.10 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.13 As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes

do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

16.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.5.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.5.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.6.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.6.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou

17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.5 fraudar a licitação

17.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1 advertência;

17.2.2 multa;

17.2.3 impedimento de licitar e contratar e

17.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2 as peculiaridades do caso concreto

17.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1 Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2 Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

17.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que

deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

18.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser apresentados por forma eletrônica no sistema Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br) ou pelo e-mail licitacao@niquelandia.go.gov.br, ou por escrito, à Unidade de Licitações da Prefeitura Municipal de Niquelândia, localizado à Praça Mestre Dário, s/n – Setor Central, Niquelândia-GO – CEP 76.420-000, telefone (62) 9 99956-5639, no horário de 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00.

18.4 Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após os prazos previstos no subitem 18.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 18.3 deste Edital.

18.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.1.1 concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Licitação, nos autos do processo de licitação.

18.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

18.9 Com o fito de evitar sucessivas impugnações que inviabilizam a contratação de interesse da Administração, após a republicação do Edital não poderá o licitante apresentar nova impugnação de item/cláusula não impugnados quando da sua primeira publicação, posto que superada a oportunidade de fazê-lo. Portanto, poderá ser objeto de impugnação tão somente o que tenha sido inovado no texto editalício.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada Ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Licitação.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Fundo Municipal de Saúde.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no [Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP](https://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br) e endereço eletrônico www.bnc.org.br e, também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência do Município <https://niquelandia.go.gov.br/>.

19.11 . Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o foro de Niquelândia - Goiás, com exclusão de qualquer outro.

19.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

19.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;

19.12.2 ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

19.12.2.1 Apêndice I ao Estudo Técnico Preliminar

19.12.3 ANEXO III – Modelo de Proposta;

19.12.4 ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

19.12.5 ANEXO V – Cadastro Reserva;

19.12.6 ANEXO VI – Minuta de Contrato;

19.12.7 ANEXO VII – Modelo de Declaração Unificada.

Niquelândia-GO, aos 22 dias do mês de agosto de 2025.

FABRÍCIO OLIVEIRA SILVA

Gestor Executivo Municipal

Decreto Municipal n.º 176/2025

**TERMO DE REFERÊNCIA
LEI Nº 14.133, 1º DE ABRIL DE 2021**

1 ORGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO

- 1.1. Órgão Interessado: Prefeitura Municipal de Niquelândia
- 1.2. Localização: Praça Mestre Dário, setor Central, Niquelândia-Go.

2 ÁREA INTERESSADA

- 2.1. Controladoria Geral do Município
- 2.2. Secretaria Municipal de Planejamento
- 2.3. Secretaria Municipal de Compras e Abastecimento
- 2.4. Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas
- 2.5. Secretaria Municipal de Agricultura
- 2.6. Secretaria Municipal de Finanças
- 2.7. Secretaria Municipal de Turismo
- 2.8. Secretaria Municipal de Urbanismo
- 2.9. Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
- 2.10. Gabinete do Prefeito
- 2.11. Secretaria Municipal de Governo
- 2.12. Superintendência de Comunicação
- 2.13. Secretaria Municipal de Educação
- 2.14. Fundo Municipal de Meio Ambiente
- 2.15. Fundo Municipal de Saúde
- 2.16. Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania
- 2.17. Fundo Municipal de Cultura

3 DO OBJETO

- 3.1 O objeto do presente é o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis Veicular por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de

combustível, em atendimento as necessidades dos Órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás, nos termos da tabela abaixo, conforme exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT. ESTIMADA (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO (MÉDIO ANP)	VALOR TOTAL (REEMBOLSO)
1	ETANOL	L	33.165	R\$ 4,32	R\$ 143.272,80
2	GASOLINA COMUM	L	107.631	R\$ 6,21	668.388,51
3	DIESEL COMUM	L	130.895	R\$ 5,91	R\$ 773.589,45
4	DIESEL S-10	L	255.146	R\$ 5,98	R\$ 1.525.773,08
TOTAL DOS COMBUSTÍVEIS					R\$ 3.111.023,84
PERCENTUAL DE DESCONTO 4,76%					148.084,73
TOTAL ANUAL ESTIMADO COM A APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE DESCONTO NA BOMBA					R\$ 2.962.939,11

3.2 Os quantitativos acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de combustíveis fornecidos.

3.3 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, sendo o julgamento pelo maior desconto Global.

3.4 A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela do item 3.1. desse Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta contendo o maior percentual de desconto na taxa de administração sobre o valor global de referência dos combustíveis.

3.4.1 Os valores entre os itens 1 ao 4 são estimados e servem como referência do montante que a Prefeitura Municipal de Niquelândia pretende contratar, não sendo assim, objeto para disputa.

3.5 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 202, de 22 de junho de 2022.

3.7 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do Contrato, ou documento equivalente, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 84 ou art. 107 da Lei 14.133, de 2021.

3.8 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.9 Justificativa da licitação não ser exclusiva/cota para ME e EPP

3.9.1 No que tange às exigências dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, essa licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, pois os itens não são divisíveis – julgamento pelo maior percentual de desconto sobre o valor global de referência dos combustíveis veicular, não atendendo o disposto no art 48, III, desta Lei e, ainda, o item único da contratação – lote único – não atende o disposto no art. 48, I, desse mesmo dispositivo legal.

4 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A demanda por abastecimento de veículos no município de Niquelândia-GO surge da necessidade de garantir a mobilidade e a operacionalidade das atividades administrativas, de fiscalização, saúde, educação, obras e demais setores da administração pública municipal. A gestão eficiente desses deslocamentos é fundamental para assegurar o pleno funcionamento dos serviços públicos essenciais e o atendimento às demandas da população, contribuindo para a realização das políticas públicas e o cumprimento das atribuições do município.

A quantidade de veículos utilizados para diferentes finalidades municipais exige uma reposição contínua de combustível em quantidade suficiente para atender às rotinas diárias, considerando o número de veículos ativos, sua frequência de uso e o perfil de consumo. A ausência de um abastecimento regular e estratégico pode comprometer a operacionalidade dos serviços públicos, além de potencializar riscos de logística e controle. Essa demanda se sustenta na necessidade de manter a frota municipal em condições adequadas de funcionamento, reforçando a eficiência na prestação dos serviços públicos ao cidadão, de forma sustentável e compatível com as diretrizes orçamentárias e ambientais do município.

5 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1 Antecedendo a elaboração do presente Termo de referência o Estudo Técnico Preliminar, onde concluiu-se pela contratação de um serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis por rede credenciada para atender às necessidades do município de Niquelândia-GO, é a solução mais viável e eficiente, pois assegura a disponibilidade contínua e imediata de

combustíveis, otimiza os custos operacionais, garante maior controle e fiscalização, além de promover a segurança ambiental e de saúde pública.

3.1 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações anual 2025, considerando que o documento ainda não foi elaborado pelo município, porém, existe a previsão no planejamento Plano Plurianual, Lei Diretrizes Orçamentarias e Lei Orçamentaria Anual da Prefeitura Municipal de Niquelândia, para assistência aos serviços públicos.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1 A solução adotada para o atendimento da demanda de abastecimento de combustíveis pelo município de Niquelândia-GO consiste na contratação de um serviço de gerenciamento de abastecimento por meio de uma rede credenciada de postos de combustível. Essa abordagem garante a operacionalidade contínua e eficiente do abastecimento de veículos públicos, atendendo às necessidades emergenciais e rotineiras da administração municipal, com abrangência geográfica adequada e agilidade na resposta às solicitações.

6.2 A rede credenciada, previamente negociada com a contratada, possibilita a disponibilização de pontos de abastecimento distribuídos por toda a área do município, facilitando o acesso imediato às unidades de transporte e prevenindo qualquer risco de desabastecimento. Os abastecimentos serão realizados mediante desconto previamente estabelecido ou taxa de administração, estabelecendo-se critérios claros e transparentes de preços, permitindo controle financeiro efetivo e fiscalização rigorosa por parte do município.

6.3 Esta solução integra aspectos tecnológicos, de controle e fiscalização, além de garantir a facilidade de uso por parte dos operadores, com pontos de abastecimento compatíveis com as necessidades do setor de transporte público, da saúde, da educação e demais setores da administração. A contratação prevê também a possibilidade de ajustes e ampliação da rede durante sua vigência, de modo a assegurar a manutenção da operação eficiente e o atendimento às demandas emergenciais, sem necessidade de investimentos adicionais por parte do município.

6.4 Em síntese, a solução de gerenciamento por rede credenciada destaca-se por sua praticidade, eficiência, controle e alcance, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública, contribuindo para a transparência, economicidade e segurança na execução do fornecimento de combustíveis ao longo de toda a vigência contratual.

6.5 Para a presente contratação, a abertura de processo na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, é a alternativa mais sensata e viável para as unidades solicitantes, objetivando ampla publicidade na contratação da empresa que irá fornecer o objeto previsto, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

6.6 Optou-se ainda, por realizar a presente aquisição através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando o fato de que o referido Sistema possibilita um controle mais efetivo quanto à distribuição dos itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo ao consumo sustentável/consciente.

6.7 Dessa forma, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO, com fulcro no artigo 28, inciso I, da Lei 14.133/2021, ELETRÔNICO, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, considerando ser a melhor forma de solucionar a demanda apresentada, devendo promover a ampla competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado.

6.8 O julgamento obedecerá ao critério de Maior Desconto Global, conforme descrição do objeto, tendo como critério o valor inicial estabelecido, realizado através de pesquisas, em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/21.

7 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 Para a contratação de empresa para os serviços constantes no objeto, é necessário estabelecer requisitos claros para garantir a qualidade, pontualidade e conformidade com as normas dos órgãos reguladores. Além disso, apresentar os requisitos necessários para habilitação nas contratações exigidas com base na Lei nº 14.133/2021. Abaixo estão os requisitos pretendidos:

7.1.1 Poderá participar deste processo qualquer pessoa jurídica, pertencente ao ramo de atividade relacionado ao objeto, conforme disposto no respectivo ato constitutivo.

7.1.2 Disponibilidade de pontos de abastecimento operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo o abastecimento ininterrupto de combustíveis para atender às demandas emergenciais do município, especialmente relacionadas à saúde e serviços essenciais. Os postos deverão estar estrategicamente localizados para facilitar o acesso imediato às unidades de transporte municipal.

7.1.3 Atendimento às solicitações de abastecimento de forma imediata, mediante demanda, com abastecimento realizado de forma direta nos postos credenciados, sem necessidade de prazos para entrega, visando atender à necessidade de pronta disponibilidade de combustíveis a qualquer momento.

7.1.4 A contratada deverá fornecer toda a infraestrutura necessária, incluindo ferramentas, instrumentos e materiais para operação dos postos de abastecimento, de modo a garantir a segurança, eficiência e rapidez na disponibilização dos combustíveis.

7.1.5 O gerenciamento de combustíveis deverá atender a todas as exigências de qualidade e segurança previstas na legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021, e as normas técnicas relacionadas ao transporte, armazenamento e abastecimento de combustíveis.

7.1.6 A contratação/registro de preços deverá ser formalizada mediante assinatura de contrato e ou ata de registro de preços, conforme o caso, por um período de 12 (doze) meses, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, prevendo cláusulas de responsabilidade pela cobertura de todos os ônus referentes ao fornecimento, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, com a obrigatoriedade de apresentação de comprovantes, quando solicitados.

7.1.7 A habilitação jurídica da contratada deverá estar regular junto aos órgãos de registro competente e com autorização de funcionamento ou equivalente

7.1.8 A habilitação fiscal da contratada deverá estar em dia, incluindo a apresentação de:

- a) Certidões negativas de débitos previdenciários, de FGTS e trabalhistas.
- b) Comprovantes de regularidade junto ao órgão de fiscalização tributária federal, estadual e municipal.

7.1.9 A regularidade trabalhista deverá ser comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais documentos que atestem a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas, garantindo que a contratada não possui pendências que comprometam a execução do contrato.

7.1.10 A contratada deverá estar regular ante o órgão de controle interno e externo, demonstrando cumprimento às suas obrigações legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, atendendo aos requisitos de habilitação previstos na legislação vigente e nas normas de fiscalização da atividade de fornecimento de combustíveis.

7.1.11 A contratada compromete-se a manter toda a documentação de habilitação regular durante toda a vigência do contrato, podendo ser exigida a sua atualização ou revalidação sempre que solicitado pelo órgão contratante.

7.1.12 A contratada deverá cumprir rigorosamente todas as normas ambientais, de segurança, e demais requisitos técnicos pertinentes à atividade de abastecimento de combustíveis, atendendo às legislações específicas e às recomendações dos órgãos ambientais e de fiscalização pertinentes.

7.1.13 Apresentar proposta de preço/desconto compatível com o mercado e também que garanta a capacidade de cumprimento do contrato.

7.1.14 No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução dos serviços, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

7.1.14.1 Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

7.2 Não poderão participar do presente:

7.2.1 Os interessados que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

7.2.2 Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

7.2.3 Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Niquelândia/GO.

7.3 É vedada a celebração de contrato com a licitante sem o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 14, da Lei 14.133/2021, e respectivas alterações.

7.3.1 A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante, que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

7.4 Da Garantia Do Serviço

7.4.1 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

7.5 Da garantia da Contratação

7.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto será executado de acordo com a demanda.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Das condições de execução

8.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1.1 **Início da execução do objeto:** A CONTRATADA deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, a contar da data de recebimento da nota de empenho, da autorização de compra ou de outro instrumento hábil e/ou da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme cronograma estimativo definido pela CONTRATANTE:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO					
ATIVIDADES	Dias				
	10	15	20	25	30
Cadastramento dos veículos e usuários no Sistema de Gestão da Contratada;	X				
Definição e Cadastramento da Rede Credenciada					X
Treinamento de Gestores e usuários					X
Emissão de Relatórios					X
Fornecimento de senhas para gestores e usuários					X

8.1.1.1.1 Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 3 (Três) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.1.1.1.2 A cada solicitação de prestação de serviços, a nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de execução.

8.1.2 A prestação de serviço deverá ocorrer de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, durante todo o período de vigência do contrato.

8.1.3 A contratada deverá fornecer combustíveis de boa qualidade, diretamente nos veículos da frota municipal e equipamentos, diariamente, todos os dias da semana, de acordo com a necessidade da Administração, durante o período de 12 (doze) meses, mediante emissão de requisição pelo departamento compras, do qual será emitido documento fiscal, detalhando o preço, a quantidade abastecida, o veículo/placa, quilometragem do veículo e o combustível utilizado, bem como deverá emitir documento de controle interno com numeração sequencial.

8.1.3.1 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à CONTRATANTE os postos de combustíveis autuados e/ou interditados pela ANP, em razão da qualidade do produto comercializado, que façam parte de sua rede credenciada. Ainda, deverá a CONTRATADA providenciar o cadastro de novo estabelecimento, no prazo máximo de 15 dias, em substituição ao que apresentar problemas.

8.1.4 **Deverão ser atendidas, obrigatoriamente, as seguintes localidades:** pelo menos dois postos de abastecimento na Cidade de Brasília/DF. Em Goiânia/GO, no mínimo, 3 (três) postos de abastecimento. No interior do Estado de Goiás, nas cidades de Porangatu, Jaraguá, Catalão, Itumbiara, Nerópolis, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Ceres, Niquelândia e Uruaçu, no mínimo 01 (um) posto de abastecimento.

8.1.4.1 O credenciamento de novos postos, ainda não credenciados pela Contratada nas localidades definidas no item 8.1.4 e em todo território nacional, nesse último caso conforme a necessidade da CONTRATANTE, deverá ser efetivada pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato ou data da solicitação, conforme o caso.

8.1.5 As quantidades de cada tipo de combustível previstas neste Termo de Referência poderão ser ajustadas conforme a necessidade da Administração, desde que não se ultrapasse o quantitativo total anual estimado.

8.1.6 O gerenciamento informatizado da frota do Município de Niquelândia deverá ser realizado por meio da implantação e gestão de um sistema tecnológico específico, que permita o controle do abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, incluindo:

a) Rede credenciada de postos para fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, etanol, diesel comum e diesel S10), devidamente licenciados e com combustíveis de qualidade;

b) Sistema informatizado de gestão de frota com emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que possibilitem controle detalhado das operações;

c) Emissão de cartões eletrônicos ou tecnologia equivalente, individualizados por veículo e/ou condutor, com controles de limite, produto autorizado, placa do veículo, volume por abastecimento, e senha de segurança.

8.1.7 O sistema informatizado deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios, com acesso via web:

- Relatório de composição da frota;
- Histórico de abastecimentos por veículo;
- Análise de consumo (km/litro);
- Utilização de combustível por posto, por usuário e por veículo;
- Detecção de desvios de produto e consumo;
- Extrato e saldo de cada cartão/veículo;
- Evolução de despesas da frota;
- Vinculação entre cartões e veículos.

8.1.8 Os relatórios deverão ser disponibilizados mensalmente à Administração, contendo: veículo, tipo de combustível, quilometragem, média de consumo, volume abastecido, local, data, hora e responsável pelo abastecimento.

8.1.9 O sistema deverá permitir o gerenciamento on-line via internet, sem necessidade de instalação de software local.

8.1.10 A contratada deverá fornecer treinamento inicial aos gestores e usuários indicados pelo Município, incluindo orientações para uso do sistema.

8.1.11 A contratada deverá disponibilizar, via web ou SAC, as seguintes funcionalidades para o gestor:

- Bloqueio temporário ou cancelamento de cartões;
- Solicitação de segunda via de cartões;
- Movimentação e transferência de créditos entre cartões;
- Consulta de saldo e histórico de transações.

8.1.12 A rede de postos credenciada deverá estar equipada para operar com o sistema de cartões, considerando o preço de venda à vista praticado na bomba.

8.1.13 O sistema deverá permitir o registro manual de abastecimentos em caso de falha elétrica ou técnica, garantindo a integridade das informações previstas para a operação normal.

8.1.14 O sistema deverá impedir o abastecimento de veículos não autorizados, garantindo a segurança e o controle das operações.

8.1.15 O sistema deverá permitir a redefinição de senhas periodicamente, sempre que solicitado pelo gestor do contrato.

8.1.16 A contratada será responsável por quaisquer violações de propriedade intelectual, industrial ou de uso de tecnologia, assumindo integralmente as responsabilidades legais decorrentes.

8.1.17 As solicitações de prestação de serviços estão previstas para ocorrer, constantemente, com fechamento a cada 30 (trinta) dias, podendo haver pedidos suplementares neste intervalo de tempo.

8.1.18 Como condição de prestação de serviço, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA deverá manter os documentos de habilitação devidamente atualizado.

8.1.19 Os veículos e equipamentos cadastrados deverão ser abastecidos somente com o combustível para o qual estejam autorizados e fabricados.

8.1.20 Não deverão ser atendidos veículos e equipamentos que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE ou não estejam portando o cartão eletrônico.

8.1.21 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

8.2 Local e horário da prestação de serviço

8.2.1 A implementação poderá ocorrer de forma híbrida, com atividades online e a distância e entrega de cartões e Treinamento da equipe de forma presencial dentro do prazo de implementação.

8.2.2 O abastecimento dos equipamentos e veículos de propriedade deste município deverá ser efetuado diretamente no posto de revenda de combustíveis do fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), obedecendo às normas da ANP - Agência Nacional do Petróleo.

8.2.3 Para atender critérios de sustentabilidade, os postos da rede credenciada deverão possuir licenciamento ambiental vigente, conforme exigências da Resolução CONAMA nº 237/1997, bem como atender à legislação ambiental aplicável (inclusive normas da ANP, IBAMA e órgãos estaduais).

9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.2 Obrigações do Contratante

9.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.2.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.2.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver

controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e neste Termo de Referência;

9.2.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

9.2.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.2.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.10 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.2.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.2.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3 Obrigações da Contratada

9.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.3.2 proceder à prestação dos serviços/fornecimentos no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.3.3 Cumprir as obrigações assumidas e garantir a boa qualidade do objeto;

9.3.4 Observar com rigor a pontualidade e assiduidade na execução dos serviços, objeto deste Contrato, ficando sujeito à multa de acordo com as normas estabelecidas no mesmo, em caso de descumprimento;

9.3.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3.6 Comunicar à Contratante, com pelo menos 3 (Três) dias consecutivos de antecedência da data prevista para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3.7 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3.8 Substituir às suas expensas, desde que solicitado pelos fiscais do contrato (comissões de recebimento e fiscalização e/ou gestor do contrato), os serviços eventualmente executados em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade, ou má aceitação, ratificada pelo gestor do contrato, sem prejuízo às sanções previstas;

9.3.9 Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos na execução dos serviços, e ainda, por erros seus ou de terceiros na execução do contrato;

9.3.10 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.3.11 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro Oficiais de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.3.12 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja

inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.3.13 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.3.14 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.3.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

9.3.16 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.3.17 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.3.18 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.3.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.3.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.21 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir decorrentes do ato de entrega.

9.3.22 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à Contratada, bem como pelas

possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pelo Contratante.

9.3.23 Assegurar a qualidade dos combustíveis dispostos nas credenciadas, fornecendo ao Contratante sempre que solicitado, documentação de controle de amostras que demonstrem a qualidade do produto, de acordo com as especificações de qualidade estabelecidas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), garantindo que os combustíveis estejam dentro dos padrões exigidos pela legislação brasileira e que atendam as necessidades da frota da Prefeitura de Niquelândia.

9.3.24 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3.25 Cumprir rigorosamente as Leis, Instruções, Normas e demais Legislações Sanitárias Federais e Estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores sobre os produtos ofertados.

9.3.26 Adotar práticas de sustentabilidade ambientalmente adequadas que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.

9.4 Fiscalização

9.4.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

9.5 Fiscalização Administrativa

9.5.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.5.1.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor

do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.6 Fiscalização Técnica

9.6.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas dos defeitos observados (Lei 14.133, de 2021, art. 117, § 1º).

9.6.2 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor e ao dirigente do contrato.

9.6.3 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à promoção, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.6.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.6.5 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.6.6 Independentemente de qualquer servidor da unidade solicitante que receber o objeto, a responsabilidade final pelo recebimento será exclusivamente do fiscal e responsável técnico.

9.6.7 Caso o objeto recebido não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos, será imediatamente iniciado um processo administrativo por falta de fiscalização no recebimento, sob a responsabilidade do fiscal e responsável técnico.

9.6.8 A responsabilidade de verificação de sua validade e conformidades de todos produtos entregues, será atribuído ao fiscal designado, constante nos autos.

9.7 Gestor do Contrato

9.7.1 Cabe ao gestor do contrato:

9.7.1.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.7.1.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.7.1.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.7.1.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.7.1.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.7.1.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.7.1.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10 DA CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS E A FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento do tipo **maior percentual de desconto** sobre a tabela de preços praticada nos postos de combustíveis credenciados.

10.2 Forma de Execução

10.2.1 A forma de execução dos serviços será parcelada, de acordo com as necessidades da unidade demandante.

10.3 Exigências de habilitação

10.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

▪ Habilitação Jurídica

10.3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.4 No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.3.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o artigo 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.1.7 Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.3.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

▪ **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

10.3.1.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.1.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.1.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.1.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.1.14 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.1.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.1.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

▪ **Qualificação Econômico-Financeira**

10.3.1.17 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias, contados da data do envio virtual da proposta. Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

▪ **Qualificação Técnica**

10.3.1.18 Comprovação de aptidão para execução do objeto de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.3.1.18.1 O presente documento deve conter informações do seu emitente como telefone e endereço, de forma que este Órgão possa fazer contato para verificar sua autenticidade se for necessário. O atestado de capacidade técnica terá prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade.

10.3.1.18.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do objeto do contrato, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

▪ **Outros Documentos**

10.3.1.19 Deverá ser apresentada ainda, junto com os documentos de habilitação, declaração unificada conforme modelo Anexo VII.

10.4 Todos os documentos apresentados deverão estar vigentes.

10.5 A não apresentação de qualquer um dos documentos mencionados, implicará na desclassificação do proponente ou do item ofertado.

10.6 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.7 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11 DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

11.1 É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação. Não entende-se, para efeito deste processo, como subcontratação o fornecimento realizado por rede credenciada da contratada.

11.2 É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

11.2.1 Justificativa do veto: A vedação à participação de consórcios visa garantir maior simplicidade, transparência e controle na gestão da contratação, evitando questões complexas de responsabilidade solidária, dificuldade de fiscalização e eventual dificuldade na execução do objeto por múltiplas empresas que atuem em consórcio, especialmente considerando a operação contínua e de alta fiscalização do sistema de gerenciamento de abastecimento de frotas. Ademais, a restrição busca assegurar maior agilidade na análise e julgamento da licitação, promovendo uma contratação mais segura e eficiente para a administração pública municipal de Niquelândia-GO.

12 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 Do Recebimento

12.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Secretaria, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei N.º14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

12.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei N.º14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 Da Liquidação



62 3959-7000

niquelandia.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



12.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

12.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.5 A Administração deverá realizar consulta ao cadastro oficiais de fornecedores para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.2.6 Constatando-se, junto ao órgão, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

12.3 Prazo de Pagamento

12.3.1 O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da finalização da liquidação da despesa.

12.3.1.1 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

12.4 Forma de Pagamento

12.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.4.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.4.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.5 Antecipação de Pagamento

12.5.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13 DO REAJUSTE

13.1 Os valores percentuais de taxas de desconto permanecerão fixos e irrevogáveis durante a vigência da contratação e eventuais prorrogações.

14 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

14.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 fraudar a licitação

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação

assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E VALIDADE DA ATA

16.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

16.3 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.5 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

17 DA PROPOSTA

17.1 As empresas interessadas deverão observar, na formulação de suas propostas, todas especificações constantes neste termo.

17.2 Os serviços serão executados pelo preço constante da proposta final da Contratada, que será fixo e irrevogável, devendo englobar todas as despesas relativas ao fornecimento e execução do objeto, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, taxas, fretes, remunerações, despesas fiscais, financeiras e quaisquer outras extras e necessárias, julgadas essenciais ao cumprimento do objeto.

17.3 O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua aceitação.

17.4 Não será aceita proposta com exigência de faturamento mínimo.

18 DO VALOR ACEITÁVEL

18.1 O desconto estimado mínimo sobre cada abastecimento é de 4,76% (quatro vírgula setenta e seis por cento), o qual consultou-se contratos semelhantes firmados pela administração pública no site https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, no que segue:

PESQUISA DE PERCENTUAIS DE DESCONTO			
CONTRATO Nº 015/2024 - CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS	CONTRATO Nº 12/2025 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS	CONTRATO Nº 46/2025 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	MÉDIA DE DESCONTO ESTIMADO
-4,03%	-5,12%	-5,12%	-4,76%
B -DESCONTO ESTIMADO			R\$ 148.084,73

18.2 Os fornecedores de combustíveis não poderão fazer nenhum tipo de diferenciação do valor cobrado pela CONTRATADA, ou seja, o Município irá pagar o valor padrão, cobrado para todos os consumidores comuns, não sendo admitido qualquer tipo de diferenciação pela utilização do cartão.

18.3 O valor do combustível deverá ser o cobrado na bomba no momento do abastecimento, não ultrapassando os valores máximos divulgados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), para a respectiva região onde será feito o abastecimento.

18.4 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco anexa ao Estudo Técnico Preliminar.

19 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas com a presente licitação, por se tratar de registro de preços, não será necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

19.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

20 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1 A contratação para o gerenciamento de abastecimento de combustíveis por rede credenciada deve considerar os possíveis impactos ambientais decorrentes da operação de abastecimento e do armazenamento de combustíveis. A principal preocupação refere-se à prevenção de vazamentos, derramamentos ou acidentes que possam causar contaminação do solo, água ou ar, além do manejo adequado de resíduos gerados durante a atividade.

20.2 Para mitigar esses impactos, a contratada deverá garantir que todos os pontos de abastecimento estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes, incluindo a instalação de equipamentos de segurança, como sistemas de contenção de vazamentos, e práticas adequadas de manejo de resíduos. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento dessas normas será realizado pelo órgão contratante, assegurando a adoção de medidas preventivas e corretivas sempre que necessário.

20.3 Além disso, devem ser considerados aspectos relacionados à logística reversa e à reutilização de embalagens, visando minimizar o impacto ambiental e promover a sustentabilidade da operação. A contratação também deve incluir a obrigatoriedade de reporte de qualquer eventual incidente ao órgão ambiental competente, bem como a implementação de planos de emergência em caso de acidentes envolvendo combustíveis.

20.4 Assim, a gestão ambiental da operação será uma prioridade durante toda a vigência do contrato, alinhando-se às políticas públicas de sustentabilidade e às legislações ambientais aplicáveis, promovendo uma atividade de abastecimento segura, responsável e compatível com as boas práticas ambientais.

21 OUTRAS ESPECIFICAÇÕES

21.1 Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

21.2 A Secretaria Municipal de Compras emitirá a ordem de compra após a assinatura do contrato ou emissão de outro documento equivalente.

21.3 A contratante se reserva o direito de adquirir apenas parte do objeto, quer seja em razão de não necessitar da sua totalidade, quer seja para adequar os gastos à Lei de Responsabilidade Fiscal ou ainda, com a conclusão do procedimento licitatório.

Niquelândia, 22 de agosto de 2025.

FABRÍCIO OLIVEIRA SILVA
Gestor Executivo Municipal
Decreto Municipal n.º 176/2025

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADM: 2025015516

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis Veicular por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, em atendimento as necessidades dos Órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Este estudo técnico preliminar, conforme previsto no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo avaliar e analisar a necessidade apresentada pelas Solicitações de Demandas. A demanda em questão é a contratação de empresa para prestação de serviços de Gerenciamento de Combustíveis Veicular, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip), atendendo às necessidades da Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás. O estudo visa também avaliar e assegurar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo informações essenciais para subsidiar o processo de contratação.

1.2 Este estudo constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação, assegurando a viabilidade e fundamentando o Termo de Referência, conforme previsto no art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO A PARTIR DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO

A demanda por abastecimento de veículos no município de Niquelândia-GO surge da



62 3959-7000

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



necessidade de garantir a mobilidade e a operacionalidade das atividades administrativas, de fiscalização, saúde, educação, obras e demais setores da administração pública municipal. A gestão eficiente desses deslocamentos é fundamental para assegurar o pleno funcionamento dos serviços públicos essenciais e o atendimento às demandas da população, contribuindo para a realização das políticas públicas e o cumprimento das atribuições do município.

A quantidade de veículos utilizados para diferentes finalidades municipais exige uma reposição contínua de combustível em quantidade suficiente para atender às rotinas diárias, considerando o número de veículos ativos, sua frequência de uso e o perfil de consumo. A ausência de um abastecimento regular e estratégico pode comprometer a operacionalidade dos serviços públicos, além de potencializar riscos de logística e controle. Essa demanda se sustenta na necessidade de manter a frota municipal em condições adequadas de funcionamento, reforçando a eficiência na prestação dos serviços públicos ao cidadão, de forma sustentável e compatível com as diretrizes orçamentárias e ambientais do município.

3 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações anual 2025, considerando que o documento ainda não foi elaborado pelo município, porém, existe a previsão no planejamento Plano Plurianual, Lei Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentaria Anual da Prefeitura Municipal de Niquelândia, para assistência aos serviços públicos.

3.3 Saliente-se ainda que, os serviços ora pleiteados em objeto, se enquadram como Serviços Comuns, assim considerado por possuir padrão de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, na forma do inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para a contratação de empresa para os serviços constantes neste estudo, é necessário estabelecer requisitos claros para garantir a qualidade, pontualidade e conformidade com as normas dos órgãos reguladores. Além disso, apresentar os requisitos necessários para habilitação nas contratações exigidas com base na Lei nº 14.133/2021. Abaixo estão os requisitos pretendidos:

4.1.1 Poderá participar deste processo qualquer pessoa jurídica, pertencente ao ramo de atividade relacionado ao objeto, conforme disposto no respectivo ato constitutivo.

4.1.2 Disponibilidade de pontos de abastecimento operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo o abastecimento ininterrupto de combustíveis para atender às demandas emergenciais do município, especialmente relacionadas à saúde e serviços essenciais. Os postos deverão estar estrategicamente localizados para facilitar o acesso imediato às unidades de transporte municipal.

4.1.3 Atendimento às solicitações de abastecimento de forma imediata, mediante demanda, com abastecimento realizado de forma direta nos postos credenciados, sem necessidade de prazos para entrega, visando atender à necessidade de pronta disponibilidade de combustíveis a qualquer momento.

4.1.4 A contratada deverá fornecer toda a infraestrutura necessária, incluindo ferramentas, instrumentos e materiais para operação dos postos de abastecimento, de modo a garantir a segurança, eficiência e rapidez na disponibilização dos combustíveis.

4.1.5 O gerenciamento de combustíveis deverá atender a todas as exigências de qualidade e segurança previstas na legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021, e as normas técnicas relacionadas ao transporte, armazenamento e abastecimento de combustíveis.

4.1.6 A contratação/registro de preços deverá ser formalizada mediante assinatura de contrato por um período de 12 (doze) meses, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, prevendo cláusulas de responsabilidade pela cobertura de todos os ônus referentes ao fornecimento, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, com a obrigatoriedade de apresentação de comprovantes, quando solicitados.

4.1.7 A habilitação jurídica da contratada deverá estar regular junto aos órgãos de registro competente e com autorização de funcionamento ou equivalente

4.1.8 A habilitação fiscal da contratada deverá estar em dia, incluindo a apresentação de:

a) Certidões negativas de débitos previdenciários, de FGTS e trabalhistas.

b) Comprovantes de regularidade junto ao órgão de fiscalização tributária federal, estadual e municipal.

4.1.9 A regularidade trabalhista deverá ser comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais documentos que atestem a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas, garantindo que a contratada não possui pendências que comprometam a execução do contrato.

4.1.10 A contratada deverá estar regular ante o órgão de controle interno e externo, demonstrando cumprimento às suas obrigações legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, atendendo aos requisitos de habilitação previstos na legislação vigente e nas normas de fiscalização da atividade de fornecimento de combustíveis.

4.1.11 A contratada compromete-se a manter toda a documentação de habilitação regular durante toda a vigência do contrato, podendo ser exigida a sua atualização ou revalidação sempre que solicitado pelo órgão contratante.

4.1.12 A contratada deverá cumprir rigorosamente todas as normas ambientais, de segurança, e demais requisitos técnicos pertinentes à atividade de abastecimento de combustíveis, atendendo às legislações específicas e às recomendações dos órgãos ambientais e de fiscalização pertinentes.

4.1.13 Apresentar proposta de preço compatível com o mercado e também que garanta a capacidade de cumprimento do contrato.

4.1.14 No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução dos serviços, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

4.1.14.1 Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado,

entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

4.2 Não poderão participar do presente:

4.2.1 Os interessados que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.2.2 Empresas estrangeiras que não funcionem no país;

4.2.3 Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Niquelândia/Go.

4.3 É vedada a celebração de contrato com a licitante sem o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 14, da Lei 14.133/2021, e respectivas alterações.

4.3.1 A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante, que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4.4 Da Garantia Do Serviço

4.4.1 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

4.5 Da garantia da Contratação

4.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto será executado de acordo com a demanda.

4.6 Das condições de execução

4.6.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.6.1.1 **Início da execução do objeto:** A CONTRATADA deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, a contar da data de recebimento da nota de empenho, da autorização de compra ou de outro instrumento hábil e/ou da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme cronograma estimativo definido pela CONTRATANTE:

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO					
ATIVIDADES	Dias				
	10	15	20	25	30
Cadastramento dos veículos e usuários no Sistema de Gestão da Contratada;	X				
Definição e Cadastramento da Rede Credenciada					X
Treinamento de Gestores e usuários					X
Emissão de Relatórios					X
Fornecimento de senhas para gestores e usuários					X

4.6.1.1.1 Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 3 (Três) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.6.1.1.2 A cada solicitação de prestação de serviços, a nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil será enviada à CONTRATADA via correio eletrônico (e-mail), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de execução.

4.6.2 A prestação de serviço deverá ocorrer de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, durante todo o período de vigência do contrato.

4.6.3 A contratada deverá fornecer combustíveis de boa qualidade, diretamente nos veículos da frota municipal e equipamentos, diariamente, todos os dias da semana, de acordo com a necessidade da Administração, durante o período de 12 (doze) meses, mediante emissão de requisição pelo departamento compras, do qual será emitido documento fiscal, detalhando o preço, a quantidade abastecida, o veículo/placa, quilometragem do veículo e o combustível utilizado, bem como deverá emitir documento de controle interno com numeração sequencial.

4.6.3.1 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar imediatamente à CONTRATANTE os postos de combustíveis autuados e/ou interditados pela ANP, em razão da qualidade do produto comercializado, que façam parte de sua rede credenciada. Ainda, deverá a CONTRATADA providenciar o cadastro de novo estabelecimento, no prazo máximo de 15 dias, em substituição ao que apresentar problemas.

4.6.4 **Deverão ser atendidas, obrigatoriamente, as seguintes localidades:** pelo menos dois postos de abastecimento na Cidade de Brasília/DF. Em Goiânia/GO, no mínimo, 3 (três) postos de abastecimento. No interior do Estado de Goiás, nas cidades de Porangatu, Jaraguá, Catalão, Itumbiara, Nerópolis, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Ceres, Niquelândia e Uruaçu, no mínimo 01 (um) posto de abastecimento.

4.6.4.1 O credenciamento de novos postos, ainda não credenciados pela Contratada nas localidades definidas no item 4.6.3 e em todo território nacional, nesse último caso conforme a necessidade da CONTRATANTE, deverá ser efetivada pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da assinatura do contrato ou data da solicitação, conforme o caso.

4.6.5 As quantidades de cada tipo de combustível previstas no Anexo deste Estudo poderão ser ajustadas conforme a necessidade da Administração, desde que não se ultrapasse o quantitativo total anual estimado.

4.6.6 O gerenciamento informatizado da frota do Município de Niquelândia deverá ser realizado por meio da implantação e gestão de um sistema tecnológico específico, que permita o controle do abastecimento e a fiscalização financeira e operacional, incluindo:

- a) Rede credenciada de postos para fornecimento de combustíveis (gasolina comum e aditivada, etanol, diesel comum e diesel S10), devidamente licenciados e com combustíveis de qualidade;
- b) Sistema informatizado de gestão de frota com emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que possibilitem controle detalhado das operações;
- c) Emissão de cartões eletrônicos ou tecnologia equivalente, individualizados por veículo e/ou condutor, com controles de limite, produto autorizado, placa do veículo, volume por abastecimento, e senha de segurança.

4.6.7 O sistema informatizado deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes relatórios, com acesso via web:

- Relatório de composição da frota;
- Histórico de abastecimentos por veículo;
- Análise de consumo (km/litro);
- Utilização de combustível por posto, por usuário e por veículo;
- Detecção de desvios de produto e consumo;
- Extrato e saldo de cada cartão/veículo;

- Evolução de despesas da frota;
- Vinculação entre cartões e veículos.

4.6.8 Os relatórios deverão ser disponibilizados mensalmente à Administração, contendo: veículo, tipo de combustível, quilometragem, média de consumo, volume abastecido, local, data, hora e responsável pelo abastecimento.

4.6.9 O sistema deverá permitir o gerenciamento on-line via internet, sem necessidade de instalação de software local.

4.6.10 A contratada deverá fornecer treinamento inicial aos gestores e usuários indicados pelo Município, incluindo orientações para uso do sistema.

4.6.11 A contratada deverá disponibilizar, via web ou SAC, as seguintes funcionalidades para o gestor:

- Bloqueio temporário ou cancelamento de cartões;
- Solicitação de segunda via de cartões;
- Movimentação e transferência de créditos entre cartões;
- Consulta de saldo e histórico de transações.

4.6.12 A rede de postos credenciada deverá estar equipada para operar com o sistema de cartões, considerando o preço de venda à vista praticado na bomba.

4.6.13 O sistema deverá permitir o registro manual de abastecimentos em caso de falha elétrica ou técnica, garantindo a integridade das informações previstas para a operação normal.

4.6.14 O sistema deverá impedir o abastecimento de veículos não autorizados, garantindo a segurança e o controle das operações.

4.6.15 O sistema deverá permitir a redefinição de senhas periodicamente, sempre que solicitado pelo gestor do contrato.

4.6.16 A contratada será responsável por quaisquer violações de propriedade intelectual, industrial ou de uso de tecnologia, assumindo integralmente as responsabilidades legais decorrentes.

4.6.17 As solicitações de prestação de serviços estão previstas para ocorrer, constantemente, com fechamento a cada 30 (trinta) dias, podendo haver pedidos suplementares neste intervalo de tempo.

4.6.18 Como condição de prestação de serviço, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA deverá manter os documentos de habilitação devidamente atualizado.

4.6.19 Os veículos e equipamentos cadastrados deverão ser abastecidos somente com o combustível para o qual estejam autorizados e fabricados.

4.6.20 Não deverão ser atendidos veículos e equipamentos que não estejam cadastrados na frota da CONTRATANTE ou não estejam portando o cartão eletrônico.

4.6.21 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência.

4.7 Local e horário da prestação de serviço

4.7.1 A implementação poderá ocorrer de forma híbrida, com atividades online e a distância e entrega de cartões e Treinamento da equipe de forma presencial dentro do prazo de implementação.

4.7.2 O abastecimento dos equipamentos e veículos de propriedade deste município deverá ser efetuado diretamente no posto de revenda de combustíveis do fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), obedecendo às normas da ANP - Agência Nacional do Petróleo.

4.8 Do recebimento

4.8.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.8.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Secretaria, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei N.º14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

4.8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei N.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5 RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE

5.1 A estimativa de consumo de combustíveis para o atendimento às necessidades do município de Niquelândia-GO fundamenta-se em levantamento de dados históricos e projeções realizadas.

5.2 Esses departamentos forneceram informações acerca do volume médio de abastecimento mensal, considerando a rotatividade da frota de veículos oficiais, ambulâncias, máquinas e equipamentos públicos utilizados nas diversas ações de governo, saúde, educação, obras e serviços essenciais.

5.3 Essa análise levou em conta o consumo registrado nos últimos 12 meses, ajustado às projeções de crescimento e à possibilidade de aumento nas demandas emergenciais. Os dados coletados estão detalhados no documento anexo, que compila as quantidades estimadas mês a mês, além de referências às fontes e critérios de cálculo utilizados para a elaboração dessa previsão.

5.4 Para a elaboração do estudo, considerou-se um consumo estimado total de (valor em reais ou quantidade de litros) para o período de 12 meses, de modo a garantir a disponibilidade contínua de combustível, alinhada às necessidades operacionais do município e às boas práticas de planejamento de aquisição de bens e serviços públicos.

5.5 Essa previsão visa oferecer uma base sólida para a contratação, com margem de segurança suficiente para atender a eventualidades e demanda adicional, sem risco de desabastecimento durante a vigência do contrato.

6 LEVANTAMENTO DE MERCADO E INDICAÇÃO DA JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA.

6.1 Para os execução dos serviços existem vários fornecedores no mercado nacional.

6.2 Para fins de orçamento e análise da vantajosidade da solução, utilizou-se o preço médio de revenda divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para o Estado de Goiás, no período de 27/07/2025 a 02/08/2025 (<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>). Assim, considerando os quantitativos informados pelos demandantes e os preços praticados, tem se:

MÉDIA DE PREÇOS GERENCIAMENTO DE COMBUSTÍVEIS				
PRODUTO	QTD MENSAL ESTIMADA (LITROS)	PREÇO MÉDIO ESTIMADO (ANP)	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
ETANOL	2.764	R\$ 4,32	R\$ 11.939,40	R\$ 143.272,80
GASOLINA COMUM	8.969	R\$ 6,21	R\$ 55.699,04	R\$ 668.388,51
DIESEL COMUM	10.908	R\$ 5,91	R\$ 64.465,79	R\$ 773.589,45
DIESEL S10	21.262	R\$ 5,98	R\$ 127.127,76	R\$ 1.525.773,08
A – VALOR TOTAL SEM PERCENTUAL DE DESCONTO			R\$ 259.251,99	R\$ 3.111.023,84

6.3 Quanto a pesquisa de mercado em relação aos percentuais de desconto oferecido pelas empresas do ramo, consultou-se contratos semelhantes firmados pela administração pública no site https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, obtendo-se uma média de desconto estimado em 4,21% (quatro vírgula vinte e um por cento), conforme tabela abaixo:

PESQUISA DE PERCENTUAIS DE DESCONTO			
CONTRATO Nº 015/2024 – CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS	CONTRATO Nº 12/2025 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS	CONTRATO Nº 46/2025 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	MÉDIA DE DESCONTO ESTIMADO
-4,03%	-5,12%	-5,12%	-4,76%
B -DESCONTO ESTIMADO			R\$ 148.084,73

6.4 Dessa forma, considerando o percentual médio estimado de desconto, o quantitativo e o valor estimado dos produtos demandados (A-B), chegou se a um valor total anual estimado para

a contratação de **R\$ 2.962.939,11 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e onze centavos)**, conforme resumo da tabela abaixo:

RESUMO DOS VALORES ESTIMADOS	
A – ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	R\$ 3.111.023,84
B – DESCONTO ESTIMADO MÍNIMO SOBRE CADA ABASTECIMENTO (4,76%)	R\$ 148.084,73
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO (A-B)	R\$ 2.962.939,11

6.5 Na realização do estudo de mercado para atendimento à demanda de abastecimento de combustíveis no município de Niquelândia-GO, foram consideradas três alternativas principais de implementação que proporcionam soluções distintas em termos de operacionalização, custos e abrangência:

6.5.1 Implementação de controle de abastecimento por estrutura própria: Essa alternativa envolveria a instalação de uma infraestrutura própria de postos de combustível, incluindo licenças, equipamentos, sistema de controle interno e pessoal dedicado. Os custos de investimento inicial, manutenção contínua, além de custos administrativos e de controle para evitar desvios e fraudes, seriam elevados. Além disso, essa solução demandaria espaço físico, recursos humanos especializados e procedimentos próprios de fiscalização e controle de estoque, o que torna sua implementação menos viável considerando a escala de demanda do município.

6.5.2 Contratação direta com postos de abastecimento: Essa alternativa consistiria na contratação de uma rede de postos de combustível existentes, localizados em diferentes regiões do município ou em cidades próximas, mediante licitações ou contratos específicos. Essa abordagem oferece maior flexibilidade geográfica e menor investimento inicial, mas pode limitar a disponibilidade de pontos de abastecimento em locais estratégicos, além de demandar a abertura de contratos diversos e gerenciamento de múltiplos fornecedores. Essa solução pode gerar dificuldades logísticas e de controle, além de impactos na uniformidade de preços e condições de abastecimento.

6.5.3 Serviço de gerenciamento de abastecimento por rede credenciada da contratada: Considerada como a alternativa mais eficiente e viável, essa solução envolve a contratação de uma rede credenciada pelo fornecedor de combustíveis, que realiza o abastecimento mediante desconto aplicado na bomba ou taxa de administração, conforme condições previamente negociadas. Essa modalidade permite maior capilaridade geográfica, com pontos de abastecimento distribuídos em diversos locais, facilitando o acesso imediato e

contínuo às unidades de transporte municipal. Além disso, oferece maior controle e transparência, com gerenciamento centralizado, possibilidades de fiscalização, e redução de custos administrativos e de infraestrutura por parte do município.

6.6 Diante do estudo de mercado realizado, conclui-se que a alternativa de gerenciamento de abastecimento por rede credenciada representa a melhor solução para o município de Niquelândia-GO, alinhando-se aos princípios de economicidade, eficiência e segurança, com ampla cobertura, facilidade de fiscalização e possibilidade de ajustes contratuais durante a vigência do contrato. Essa abordagem também garante maior agilidade operacional e menor impacto financeiro à administração pública, justificando sua adoção como a estratégia preferencial para atender às necessidades de abastecimento de veículos públicos durante a execução do contrato.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A solução adotada para o atendimento da demanda de abastecimento de combustíveis pelo município de Niquelândia-GO consiste na contratação de um serviço de gerenciamento de abastecimento por meio de uma rede credenciada de postos de combustível. Essa abordagem garante a operacionalidade contínua e eficiente do abastecimento de veículos públicos, atendendo às necessidades emergenciais e rotineiras da administração municipal, com abrangência geográfica adequada e agilidade na resposta às solicitações.

7.2 A rede credenciada, previamente negociada com a contratada, possibilita a disponibilização de pontos de abastecimento distribuídos por toda a área do município, facilitando o acesso imediato às unidades de transporte e prevenindo qualquer risco de desabastecimento. Os abastecimentos serão realizados mediante desconto previamente estabelecido ou taxa de administração, estabelecendo-se critérios claros e transparentes de preços, permitindo controle financeiro efetivo e fiscalização rigorosa por parte do município.

7.3 Esta solução integra aspectos tecnológicos, de controle e fiscalização, além de garantir a facilidade de uso por parte dos operadores, com pontos de abastecimento compatíveis com as necessidades do setor de transporte público, da saúde, da educação e demais setores da administração. A contratação prevê também a possibilidade de ajustes e ampliação da rede durante sua vigência, de modo a assegurar a manutenção da operação eficiente e o atendimento às demandas emergenciais, sem necessidade de investimentos adicionais por parte do município.

7.4 Em síntese, a solução de gerenciamento por rede credenciada destaca-se por sua praticidade, eficiência, controle e alcance, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública, contribuindo para a transparência, economicidade e segurança na execução do fornecimento de combustíveis ao longo de toda a vigência contratual.

7.5 Para a presente contratação, a abertura de processo na Modalidade Pregão, na forma Eletrônica, é a alternativa mais sensata e viável para as unidades solicitantes, objetivando ampla publicidade na contratação da empresa que irá fornecer o objeto previsto, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7.6 Optou-se ainda, por realizar a presente aquisição através do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, considerando o fato de que o referido Sistema possibilita um controle mais efetivo quanto à distribuição dos itens a serem adquiridos, traduzindo-se no estímulo ao consumo sustentável/consciente.

7.7 Dessa forma, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO, com fulcro no artigo 28, inciso I, da Lei 14.133/2021, ELETRÔNICO, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, considerando ser a melhor forma de solucionar a demanda apresentada, devendo promover a ampla competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado.

7.8 O julgamento obedecerá ao critério de Maior Desconto Global, conforme descrição do objeto, tendo como critério o valor inicial estabelecido, realizado através de pesquisas, em conformidade com o art. 23 da Lei 14.133/21.

8 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 A contratação do serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis por meio de rede credenciada será realizada de forma global, sem parcelamento em lotes ou subdivisões. Essa abordagem visa assegurar a otimização do potencial de negociação do desconto, bem como a eficiência na gestão e fiscalização do contrato.

8.2 O parcelamento da contratação, ou seja, a divisão do objeto em várias unidades, não é recomendado neste caso, pois comprometeria a capacidade de obtenção de condições comerciais vantajosas junto ao fornecedor, reduzindo o poder de negociação sobre preços e critérios de qualidade. Além disso, a fragmentação prejudicaria a uniformidade na gestão dos

dados, aumentando a complexidade operacional e dificultando a consolidação de relatórios de consumo, controle de estoque e fiscalização.

8.3 Outro aspecto importante é a eficiência na utilização de cartões de abastecimento. A contratação global permite a emissão de um número consolidado de cartões para toda a frota, incluindo veículos que utilizam diferentes combustíveis, e facilita a manutenção de um banco de dados unificado. Caso o contrato fosse parcelado, seriam necessários múltiplos cartões e modelos de gestão, dificultando a integração das informações e aumentando os custos administrativos e de controle.

8.4 Assim, para garantir a economicidade, a eficiência operacional e a transparência na gestão do contrato, a contratação foi estruturada de modo a não ser parcelada, consolidando o gerenciamento dos abastecimentos em uma única prestação de serviços, o que representa a melhor alternativa para atender às necessidades do município de Niquelândia-GO de forma eficiente e segura.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1 Após levantamento de informações e análise de mercado, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que possam influenciar ou complementar a presente contratação de gerenciamento de abastecimento por rede credenciada. Assim, a atual contratação será singular, voltada exclusivamente à prestação do serviço de fornecimento de combustíveis sob gestão centralizada, sem necessidade de integração ou coordenação com outros contratos existentes ou previstos no âmbito da administração municipal.

10 RESULTADOS PRETENDIDOS E RISCOS

10.1 A contratação do serviço de gerenciamento de abastecimento por rede credenciada para o município de Niquelândia-GO visa alcançar diversos resultados estratégicos e operacionais que assegurem a eficiência, segurança e sustentabilidade na gestão dos combustíveis públicos. Dentre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

a) Garantia de abastecimento contínuo e imediato às unidades de transporte, incluindo veículos de saúde, fiscalização, educação e outros setores essenciais, contribuindo para a manutenção da operacionalidade e o atendimento emergencial às demandas públicas.

b) Melhoria da eficiência na administração dos recursos públicos, por meio de descontos negociados em larga escala, redução de custos administrativos, facilidade no controle

financeiro e fortalecimento da transparência na execução do contrato através de relatórios consolidados e fiscalização centralizada.

c) Otimização na gestão de dados e informações de consumo, que possibilitará análises precisas e confiáveis do uso de combustíveis, apoiando ações de planejamento, controle de despesas e combate a eventuais desvios ou fraudes.

d) Aumento da segurança operacional e ambiental, com a utilização de pontos de abastecimento autorizados e controlados, redução do risco de abastecimento irregular, além do acompanhamento e fiscalização de normas ambientais e de segurança no transporte e armazenamento de combustíveis.

e) Flexibilidade na adaptação às necessidades do município, com a possibilidade de ampliação ou ajustes na rede credenciada ao longo da vigência do contrato, de modo a atender às alterações na frota e às demandas emergenciais.

f) Fortalecimento do controle e da fiscalização por parte do município, assegurando que os processos de abastecimento estejam em conformidade com as normas internas e legais, promovendo maior transparência na utilização dos recursos públicos.

10.2 Estes resultados contribuirão de forma significativa para aprimorar a gestão dos combustíveis públicos no município, promovendo ganhos em eficiência, economia e segurança, sempre alinhados às melhores práticas de contratações públicas e às diretrizes da legislação vigente.

10.3 Devido às características do objeto, o questionário de avaliação de risco será aplicado, anexo nos autos.

11 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

11.1 Administrativas

11.1.1 Para garantir a implementação eficiente da contratação de gerenciamento de abastecimento de combustíveis por rede credenciada, o município de Niquelândia-GO deverá tomar as seguintes providências:

a) Elaboração e publicação do edital de licitação ou procedimento de contratação,

contendo todas as condições, critérios de seleção, requisitos de habilitação, escopo do serviço, indicadores de desempenho e cláusulas de fiscalização e penalidades, em consonância com a legislação vigente.

b) Realização de reuniões preparatórias com potenciais fornecedores e entidades bancárias ou credenciadoras de cartões, para alinhamento dos procedimentos, requisitos técnicos e condições comerciais do gerenciamento de abastecimento.

c) Levantamento e avaliação técnica dos pontos de abastecimento existentes na rede credenciada, incluindo análise de capilaridade, acessibilidade, segurança, normas ambientais e de segurança do trabalho, para garantir a abrangência necessária ao atendimento imediato.

d) Garantia de disponibilidade e acessibilidade ao sistema de controle e fiscalização, incluindo a implementação ou adaptação de plataformas tecnológicas para emissão, gerenciamento e monitoramento dos cartões de abastecimento, além de relatórios detalhados de consumo, custos e controle de estoque.

e) Estabelecimento de procedimentos internos de fiscalização e controle do contrato, incluindo a definição de responsáveis, calendário de auditorias, elaboração de relatórios de acompanhamento e mecanismos de penalização por descumprimento de cláusulas contratuais.

f) Capacitação da equipe técnica do órgão gerenciador, para fiscalização, monitoramento e análise dos dados fornecidos pela contratada, promovendo transparência e maior controle na execução do contrato.

g) Elaboração de plano de comunicação interna e externa, informando os órgãos, secretarias e veículos envolvidos sobre os procedimentos, normas e responsabilidades relacionados ao gerenciamento de abastecimentos, garantindo o uso eficiente e correto do sistema.

h) Acompanhamento contínuo da execução do contrato, com reuniões periódicas de avaliação de desempenho, análise de relatórios, ajustes operacionais e estratégias de aprimoramento, sempre com foco na eficiência, economia e segurança no fornecimento de combustíveis.

11.1.2 Essas providências assegurarão o pleno funcionamento do contrato, o cumprimento das metas estabelecidas e a garantia de uma gestão transparente, eficiente e segura na contratação de abastecimento de combustíveis para o município de Niquelândia-GO.

11.2 Para adequação do Ambiente do Órgão

11.2.1 Para a contratação pretendida não haverá necessidade de adequação do ambiente físico.

11.3 Impacto ambiental:

11.3.1 A contratação para o gerenciamento de abastecimento de combustíveis por rede credenciada deve considerar os possíveis impactos ambientais decorrentes da operação de abastecimento e do armazenamento de combustíveis. A principal preocupação refere-se à prevenção de vazamentos, derramamentos ou acidentes que possam causar contaminação do solo, água ou ar, além do manejo adequado de resíduos gerados durante a atividade.

11.3.2 Para mitigar esses impactos, a contratada deverá garantir que todos os pontos de abastecimento estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes, incluindo a instalação de equipamentos de segurança, como sistemas de contenção de vazamentos, e práticas adequadas de manejo de resíduos. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento dessas normas será realizado pelo órgão contratante, assegurando a adoção de medidas preventivas e corretivas sempre que necessário.

11.3.3 Além disso, devem ser considerados aspectos relacionados à logística reversa e à reutilização de embalagens, visando minimizar o impacto ambiental e promover a sustentabilidade da operação. A contratação também deve incluir a obrigatoriedade de reporte de qualquer eventual incidente ao órgão ambiental competente, bem como a implementação de planos de emergência em caso de acidentes envolvendo combustíveis.

11.3.4 Assim, a gestão ambiental da operação será uma prioridade durante toda a vigência do contrato, alinhando-se às políticas públicas de sustentabilidade e às legislações ambientais aplicáveis, promovendo uma atividade de abastecimento segura, responsável e compatível com as boas práticas ambientais.

12 VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 Diante do exposto, a análise técnica e as informações levantadas justificam a contratação de um serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis por rede credenciada para atender às necessidades do município de Niquelândia-GO. A opção por essa solução demonstra-se a mais viável e eficiente, pois assegura a disponibilidade contínua e imediata de combustíveis, otimiza os custos operacionais, garante maior controle e fiscalização, além de promover a segurança ambiental e de saúde pública.

12.2 A modalidade de contratação proposta, com a ausência de parcelamento, reforça a capacidade de negociação de condições mais favoráveis, além de facilitar a gestão de dados,

controle de consumo e emissão de relatórios consolidados, contribuindo para a transparência e eficiência na administração pública.

12.3 Reconhece-se ainda que a implementação desta contratação promoverá melhorias na logística de abastecimento, na fiscalização e no uso racional dos recursos públicos, alinhada às diretrizes da legislação vigente e às boas práticas de gestão pública.

12.4 Por fim, recomenda-se a continuidade do processo de contratação nesta modalidade, com atenção às condições de habilitação, regularidade fiscal, ambiental e trabalhista, para garantir a execução eficiente, segura e sustentável do serviço ao longo de toda a sua vigência, contribuindo para o aprimoramento da gestão de combustíveis no âmbito do município de Niquelândia-GO.

Niquelândia, Goiás, 22 de agosto de 2025.

Estudo técnico elaborado por:

SARA KELLY DA COSTA SOUSA
Secretária de Compras e Abastecimento
Decreto Municipal nº 24/2025

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTIMATIVA DE COMBUSTÍVEIS

ESTIMATIVA GLOBAL PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	33.165	R\$ 4,32	R\$ 143.272,80
2	GASOLINA COMUM	LT	107.631	R\$ 6,21	R\$ 668.388,51
3	DIESEL COMUM	LT	130.895	R\$ 5,91	R\$ 773.589,45
4	DIESEL S10	LT	255.146	R\$ 5,98	R\$ 1.525.773,08
VALOR TOTAL					R\$ 3.111.023,84
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	750	R\$ 4,32	R\$ 3.240,00
2	GASOLINA COMUM	LT	3.000	R\$ 6,21	R\$ 18.630,00
3	DIESEL COMUM	LT	***	***	***
4	DIESEL S10	LT	6.000	R\$ 5,98	R\$ 35.880,00
VALOR TOTAL					R\$ 57.750,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.250	R\$ 4,32	R\$ 5.400,00
2	GASOLINA COMUM	LT	4.000	R\$ 6,21	R\$ 24.840,00
3	DIESEL COMUM	LT	***	***	***
4	DIESEL S10	LT	6.000	R\$ 5,98	R\$ 35.880,00
VALOR TOTAL					R\$ 66.120,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E ABASTECIMENTO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.300	R\$ 4,32	R\$ 5.616,00
2	GASOLINA COMUM	LT	2.000	R\$ 6,21	R\$ 12.420,00
3	DIESEL COMUM	LT	***	***	***
4	DIESEL S10	LT	***	***	***
VALOR TOTAL					R\$ 18.036,00



62 3959-7000

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



SECRETARIA VE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	515	R\$ 4,32	R\$ 2.224,80
2	GASOLINA COMUM	LT	2.050	R\$ 6,21	R\$ 12.730,50
3	DIESEL COMUM	LT	16.190	R\$ 5,91	R\$ 95.682,90
4	DIESEL S10	LT	41.190	R\$ 5,98	R\$ 246.316,20
VALOR TOTAL					R\$ 356.954,40
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	2.860	R\$ 4,32	R\$ 12.355,20
2	GASOLINA COMUM	LT	11.445	R\$ 6,21	R\$ 71.073,45
3	DIESEL COMUM	LT	24.320	R\$ 5,91	R\$ 143.731,20
4	DIESEL S10	LT	50.740	R\$ 5,98	R\$ 303.425,20
VALOR TOTAL					R\$ 530.585,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.960	R\$ 4,32	R\$ 8.467,20
2	GASOLINA COMUM	LT	7.840	R\$ 6,21	R\$ 48.686,40
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	***	***	***	***
VALOR TOTAL					R\$ 57.153,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	***	***	***	***
2	GASOLINA COMUM	***	***	***	***
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	LT	5.000	R\$ 5,98	R\$ 29.900,00
VALOR TOTAL					R\$ 29.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE URBANISMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.160	R\$ 4,32	R\$ 5.011,20
2	GASOLINA COMUM	LT	4.630	R\$ 6,21	R\$ 28.752,30
3	DIESEL COMUM	LT	20.660	R\$ 5,91	R\$ 122.100,60

4	DIESEL S10	LT	15.530	R\$ 5,98	R\$ 92.869,40
VALOR TOTAL					R\$ 248.733,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E LAZER					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.000	R\$ 4,32	R\$ 4.320,00
2	GASOLINA COMUM	LT	1.500	R\$ 6,21	R\$ 9.315,00
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	***	***	***	***
VALOR TOTAL					R\$ 13.635,00
GABINETE DO PREFEITO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.125	R\$ 4,32	R\$ 4.860,00
2	GASOLINA COMUM	LT	4.495	R\$ 6,21	R\$ 16.240,32
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	LT	8.600	R\$ 5,98	R\$ 51.428,00
VALOR TOTAL					R\$ 84.201,95
SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.000	R\$ 4,32	R\$ 4.320,00
2	GASOLINA COMUM	LT	2.000	R\$ 6,21	R\$ 12.420,00
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	***	***	***	***
VALOR TOTAL					R\$ 16.740,00
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.000	R\$ 4,32	R\$ 4.320,00
2	GASOLINA COMUM	LT	2.000	R\$ 6,21	R\$ 12.420,00
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	***	***	***	***
VALOR TOTAL					R\$ 16.740,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	3.280	R\$ 4,32	R\$ 14.169,60

2	GASOLINA COMUM	LT	1.311	R\$ 6,21	R\$ 8.141,31
3	DIESEL COMUM	LT	2.660	R\$ 5,91	R\$ 15.720,60
4	DIESEL S10	LT	54.330	R\$ 5,98	R\$ 324.893,40
VALOR TOTAL				R\$ 362.924,91	
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	825	R\$ 4,32	R\$ 3.564,00
2	GASOLINA COMUM	LT	3.300	R\$ 6,21	R\$ 20.493,00
3	DIESEL COMUM	LT	48.580	R\$ 5,91	R\$ 287.107,80
4	DIESEL S10	LT	13.510	R\$ 5,98	R\$ 80.789,80
VALOR TOTAL				R\$ 391.954,60	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	10.140	R\$ 4,32	R\$ 43.804,80
2	GASOLINA COMUM	LT	40.560	R\$ 6,21	R\$ 251.877,60
3	DIESEL COMUM	LT	13.880	R\$ 5,91	R\$ 82.030,80
4	DIESEL S10	LT	34.880	R\$ 5,98	R\$ 208.582,40
VALOR TOTAL				R\$ 586.295,60	
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	4.000	R\$ 4,32	R\$ 17.280,00
2	GASOLINA COMUM	LT	16.000	R\$ 6,21	R\$ 99.360,00
3	DIESEL COMUM	LT	4.605	R\$ 5,91	R\$ 27.215,55
4	DIESEL S10	LT	19.366	R\$ 5,98	R\$ 115.808,68
VALOR TOTAL				R\$ 259.664,23	
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	VALOR UNITÁRIO ANP (27/07/2025 A 02/08/2025)	VALOR TOTAL
1	ETANOL	LT	1.000	R\$ 4,32	R\$ 4.320,00
2	GASOLINA COMUM	LT	1.500	R\$ 6,21	R\$ 9.315,00
3	DIESEL COMUM	***	***	***	***
4	DIESEL S10	***	***	***	***
VALOR TOTAL				R\$ 13.635,00	

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social da empresa:.....
CNPJ Nº:Inscrição Estadual nº:.....
Endereço:.....
Fone/Fax:.....E-mail:.....
Sócio Responsável Contrato:.....
CPF nº:RG nº:órgão exp:
Endereço:.....
Fone/:E-mail:
Nome do banco, agência e número da conta bancária:.....

PROPOSTA DE PREÇOS

Local, ____ de ____ de 2025.

À Comissão de Contratação Prefeitura Municipal de Niquelândia - GO

Referente: Pregão Eletrônico nº **XXX/2025**

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores, nossa proposta de preços relativa ao Registro de Preço para futura e eventual prestação de serviços de **GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VEICULAR** por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, em atendimento as necessidades dos Órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital, como segue:



62 3959-7000

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	DESCONTO SOBRE CADA ABASTECIMENTO	VALOR FINAL ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO
01	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VEICULAR POR POSTOS CREDENCIADOS, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO (CHIP) E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOLINA, ETANOL, DIESEL COMUM E DIESEL S10, PARA OS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA, ESTADO DE GOIÁS.	SERVIÇOS	R\$ 3.111.023,84	XXX%	R\$ XXXXXXX

O valor total para execução dos serviços de acordo com o objeto Anexo I é de R\$...... (.....)

- I. Esta empresa se compromete a executar os serviços conforme as especificações e exigências do Edital e seus anexos, bem como do contrato a ser celebrado.
- II. No valor da proposta estão incluídas todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação ou refeição, vales-transportes e quaisquer outras vantagens pagas aos empregados, uniformes, prêmios de seguro, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo para os fornecimentos, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação.
- III. O Prazo de validade da proposta é de (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados a partir de sua aceitação.

Atenciosamente

Assinatura e carimbo do responsável legal

Observação:

A proposta deve ser assinada e rubricada em todas as suas folhas pelo representante legal da empresa ou por seu procurador. O modelo de proposta deste anexo tem por objetivo facilitar o trabalho das empresas interessadas, admitindo-se adaptações e acréscimos desde que não seja ocultada ou retirada qualquer informação contida no modelo.



62 **3959-7000**

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



ANEXO IV

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. XXXXXXXXXXXXX

O(A) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX – Niquelândia-GO, neste ato representado pelo(a) Gestor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado(a) pelo Decreto nº XXXX, de XX de XXXX de 2025, brasileiro(a), portador(a) da matrícula funcional nº XXXXXXXX, portador do CPF nº. XXXXXXXXXXXX e da Carteira de Identidade CI nº. XXXXXXXXXXX - XXXX/XX, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2025, processo administrativo n.º XXXXXXXXXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 107 de 30 de março de 2023 e, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual na prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis Veicular por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, em atendimento as necessidades dos Órgãos e

Secretarias da Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás, conforme especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone para contato nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXXXXX, Sr(a). XXXXXXXXXXXX, residente em XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXX.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	DESCONTO SOBRE CADA ABASTECIMENTO	VALOR FINAL ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO
01	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VEICULAR POR POSTOS CREDENCIADOS, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO (CHIP) E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOLINA, ETANOL, DIESEL COMUM E DIESEL S10, PARA OS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELANDIA, ESTADO DE GOIÁS.	SERVIÇOS	R\$ 3.111.023,84	XXX%	R\$ XXXXXXXX

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (CASO TENHA INTERESSADO).

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Niquelândia.
- 3.2 Além do gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.2.1 Fundo Municipal de Meio Ambiente;
 - 3.2.2 Fundo Municipal de Saúde;
 - 3.2.3 Fundo Municipal de Educação;
 - 3.2.4 Fundo Municipal de Assistência Social;
 - 3.2.5 Fundo Municipal da Cultura.

4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação conforme Decreto Federal nº 11.462/23, art. 31.
- 4.2 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.2.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.2.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.2.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.3 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para Adesões

4.7 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Dos acréscimos do quantitativo

4.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.11 No caso de prorrogação de vigência da desta ata, o quantitativo registrado poderá ser renovado, até o limite do quantitativo original, desde que atendidas as condições do edital e desta ata.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços

aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora

poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº

11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3 A presente Ata se vincula ao Termo de Referência do Gerenciador e à proposta da Detentora.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (02) duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se houver.

Niquelândia – Goiás, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nºXXXXXXXXXX

EMPRESA DETENTORA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº. XXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1ª) _____

CPF Nº:

2ª) _____

CPF Nº:



62 **3959-7000**

 niquelandia.go.gov.br

 Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



ANEXO V

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, telefone para contato nº XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu XXXXXXXXXXXXXXXX, Sr(a). XXXXXXXXXXXX, residente em XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	DESCONTO SOBRE CADA ABASTECIMENTO	VALOR FINAL ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO
01	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VEICULAR POR POSTOS CREDENCIADOS, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO (CHIP) E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOLINA, ETANOL, DIESEL COMUM E DIESEL S10, PARA OS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELANDIA, ESTADO DE GOIÁS.	SERVIÇOS	R\$ 3.111.023,84	XXX%	R\$ XXXXXXXX

ANEXO VI



62 3959-7000

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



MINUTA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. XXXXXXXXXXXXX

O **MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 02.215.865/0001-07, com endereço na Praça Mestre Dário, s/nº, setor Central – Niquelândia-GO, neste ato representado pelo(a) Gestor(a) **XXXXXXXXXXXXXX**, nomeado(a) pelo Decreto nº XXX, de XX de XXXXXX de 2025, brasileiro(a), portador da matrícula funcional nº XXXX, casado(a), portador(a) do CPF nº. XXX.XXX.XXX-XX e da Carteira de Identidade CI nº. XXXXX - XXXX/GO, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais, neste instrumento doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, aqui representada pelo(a) Sr(a) **XXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) do CPF nº XXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXXXXX, neste ato denominado (a) **CONTRATADO**, com amparo na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 107 de 30 de março de 2023 e, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL (art. 92, I e II)

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis Veicular por postos credenciados, por meio de implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, em atendimento as necessidades dos Órgãos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Niquelândia, Estado de Goiás, de acordo com as condições, especificações e quantitativos, estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVA DE ABASTECIMENTO ANUAL	DESCONTO SOBRE CADA ABASTECIMENTO	VALOR FINAL ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO
01	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS VEICULAR POR POSTOS CREDENCIADOS, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO (CHIP) E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOLINA, ETANOL, DIESEL COMUM E DIESEL S10, PARA OS EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIQUELÂNDIA, ESTADO DE GOIÁS.	SERVIÇOS	R\$ 3.111.023,84	XXX%	R\$ XXXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXXXX contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$ XXXXX (XXXXX).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

21.4 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

21.5 Após o interregno de um ano, condicionada à solicitação do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de Preços ao Consumidor-Mercado (IPC-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.7 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.8 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

21.9 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.10 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.11 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre

a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 A Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 proceder à prestação dos serviços/fornecimentos no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal;

9.1.2 Cumprir as obrigações assumidas e garantir a boa qualidade do objeto.

9.1.3 Observar com rigor a pontualidade e assiduidade na execução dos serviços, objeto deste Contrato, ficando sujeito à multa de acordo com as normas estabelecidas no mesmo, em caso de descumprimento.

9.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.5 Comunicar à Contratante, com pelo menos 3 (Três) dias consecutivos de antecedência da data prevista para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.7 Substituir às suas expensas, desde que solicitado pelos fiscais do contrato (comissões de recebimento e fiscalização e/ou gestor do contrato), os serviços eventualmente executados em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade, ou má aceitação, ratificada pelo gestor do contrato, sem prejuízo às sanções previstas;

9.1.8 Responsabilizar-se integralmente por prejuízos decorrentes de atrasos na execução dos serviços, e ainda, por erros seus ou de terceiros na execução do contrato;

9.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.10 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro oficiais de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.11 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.13 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.15 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.16 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.17 Indicar preposto para representá-la durante a execução deste contrato;

9.1.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato;

9.1.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.20 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir decorrentes da execução dos serviços.

9.1.21 Responsabilizar-se pelo atendimento às chamadas para fornecimento não previsto inicialmente decorrente de situações emergenciais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do registro comprovado do chamado junto à Contratada, bem como pelas possíveis variações de demanda em conformidade com o prazo de entrega estabelecido pelo Contratante.

9.1.22 Assegurar a qualidade dos combustíveis dispostos nas credenciadas, fornecendo ao Contratante sempre que solicitado, documentação de controle de amostras que demonstrem a qualidade do produto, de acordo com as especificações de qualidade estabelecidas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), garantindo que os combustíveis estejam dentro dos padrões exigidos pela legislação brasileira e que atendam as necessidades da frota da Contratante.

9.1.23 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.1.24 Cumprir rigorosamente as Leis, Instruções, Normas e demais Legislações Sanitárias Federais e Estaduais e orientações dos órgãos fiscalizadores sobre os produtos ofertados.

9.1.25 Adotar práticas de sustentabilidade ambientalmente adequadas que o objeto contratual o exigir, incluída, quando for o caso, a obrigação de estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante recolhimento dos produtos após o uso pela Administração ou resíduos decorrentes da execução contratual, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dando destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, com o encaminhamento do rejeito para disposição final também ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3 der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5 apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6 praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4 **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

(2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.5 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.6 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.7 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.8 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.9 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.10 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.11 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 12.11.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.11.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.11.3 Indenizações e multas.

12.12 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.13 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as

disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou deste contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

É eleito o Foro da Comarca de Niquelândia, Estado de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

NIQUELÂNDIA-GO, aos XX de XXXXXX de 2025.

CONTRATANTE: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor(a) do XXXX
Decreto nº XXX/2025

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio/Proprietário
CPF nº XXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. Nome: _____

CPF: _____



62 **3959-7000**

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



Ass.: _____

2. Nome: _____

CPF: _____

Ass.: _____



ANEXO VII

MODELO

DECLARAÇÃO UNIFICADA



62 **3959-7000**

niquelandia.go.gov.br

Praça Mestre Dário, 01 - Centro, 76420-000



NOME DA EMPRESA
MUNICIPIO DE NIQUELÂNDIA/GO
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº .XXX/2025

Empresa (RAZÃO SOCIAL), sito à (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no CNPJ sob Nº (NÚMERO), neste ato representado pelo Sr.(a) (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF Nº (NÚMERO DO CPF), DECLARA para os devidos fins que:

1.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no Artigo 3º da Lei Complementar Nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Artigos 42 a 49, quando a empresa for classificada como ME/EPP.

() SIM () NÃO

1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

() SIM () NÃO

1.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

() SIM () NÃO

1.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

() SIM () NÃO

1.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

() SIM () NÃO

1.6. Que não possui em sua cadeia produtiva empregado executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

() SIM () NÃO

1.7. Que não há impedimento de participação no que pertine ao art. 9º da Lei 14.133/2021.

() SIM () NÃO

1.8 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, caso a empresa tenha acima de 100 (cem) funcionários.

() SIM () NÃO

Estou ciente que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição, sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no edital da referida concorrência eletrônica.

(ANEXAR A PROCURAÇÃO QUANDO FOR O CASO)

NIQUELÂNDIA-GO, aos XX de XXXXXX de 2025.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA